

TRABALHADORAS DO SEXO: DA ZONA DO MANGUE À VILA MIMOSA.

Alessandra Senna¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar um breve panorama da maior zona de prostituição feminina na cidade do Rio de Janeiro. Seu marco temporal é o final do século XIX, passando por todo o século seguinte e chegando até os dias atuais. Em um contexto de urbanização e reurbanização cujos projetos eram desenvolvidos com o intuito de higienizar a cidade e a população, o foco deste trabalho está nas ações perpetradas pelas autoridades, como políticas públicas que visavam mapear e controlar as áreas onde as atividades do baixo meretrício eram desenvolvidas. Pretende-se, ainda, identificar a organização daquelas mulheres para garantir seus direitos básicos.

PALAVRAS CHAVES: Prostituição, Mulheres, Políticas Públicas, Direitos Básicos

Abstract

This article aims to present a brief overview of the largest area of female prostitution in the city of Rio de Janeiro. Its time frame is the end of the 19th century, spanning the entire next century and reaching the present day. In a context of urbanization and re-urbanization whose projects were developed with the aim of sanitizing the city and the population, the focus of this work is on the actions carried out by the authorities, such as public policies that aimed to map and control the areas where the activities of low street sex were developed. It is also intended to identify the organization of those women to guarantee their basic rights.

KEYWORDS: Prostitution, Women, Public Policies, Basic Rights

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar un breve panorama de la mayor área de prostitución femenina en la ciudad de Río de Janeiro. Su marco temporal es el final del siglo XIX, abarcando todo el siglo siguiente y llegando hasta nuestros días. En un contexto de urbanización y reurbanización cuyos proyectos se desarrollaron con el objetivo de sanear la ciudad y la población, el enfoque de este trabajo está en las acciones realizadas por las autoridades, como las políticas públicas que tuvieron como objetivo mapear y controlar la zonas donde se desarrollaban las actividades de low street sex. También se pretende identificar la organización de dichas mujeres para garantizar sus derechos básicos.

PALABRAS CLAVE: Prostitución, Mujeres, Políticas Públicas, Derechos Básicos

“É preciso conhecer o passado para entender o presente.”

Jacques Le Goff

Introdução

Falar de prostituição é falar da exploração do corpo e da sexualidade por um mercado consumidor desse “serviço”. Argumentos de ser “a mais antiga profissão do mundo” (utilizado

¹ Licenciada em História. Especialista em História do Brasil. Mestra em História Social, Cultural e do Trabalho. Doutoranda PPGBIOS-NUBEA/UFRJ.

no senso comum) tentam naturalizar a prostituição com o uso da sua presença histórica. Contudo, vale lembrar que também a escravidão foi o primeiro “trabalho” realizado para outro ser humano, desde os primórdios. Da escravidão surge o uso sexual de mulheres e adolescentes escravizados, explorados e até estuprados, como ainda vemos em guerras. Assim, argumentos de defesa da prostituição como algo inerente às relações humanas, não se sustentam. A análise do universo da prostituição constata dois fatos: ela se baseia na desigualdade de gênero e nas desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e geracionais².

Neste artigo nos propomos analisar a história da formação da Zona do Manguê, na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, assim como as políticas higienistas e jurídicas aplicadas visando o controle das prostitutas. Em um primeiro momento examinaremos os argumentos utilizados para a repressão do meretrício naquela época que colaboraram para a compreensão dos diversos discursos proferidos sobre aquelas mulheres e que, provavelmente, ainda ecoam no século XXI. Posteriormente, nossa investigação voltará sua atenção ao que tange as relações de gênero. Analisaremos quem eram os indivíduos que movimentavam o comércio na região e quais atividades estavam vinculadas à prostituição. Por último, pretendemos identificar quais foram as estratégias traçadas por aquelas mulheres, quando as obras de revitalização da cidade deram fim a Zona do Manguê, local que recebeu e abrigou por quase um século prostitutas, clientes e comerciantes.

Para tal investigação, nos debruçaremos sobre a vasta bibliografia produzida a partir dos anos 1980, período no qual, passou-se a valorizar as histórias vistas de baixo, propiciando assim, a abertura novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, a exploração de experiências históricas de homens e mulheres cujas existências são tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem, a fim de resgatar as experiências passadas das massas³, Foi a partir da consulta dessas fontes que buscamos identificar as mudanças geo-histórias das regiões em que as zonas de prostituição foram alocadas. Possibilitando encontrar valiosas informações que nos ajudaram a compor um panorama da prostituição carioca no século passado e identificar as rupturas e continuidades dos discursos, quando abordamos uma temática considerada ainda um tabu.

² Figueiredo R, Peixoto M. Profissionais do sexo e vulnerabilidade. *BIS, Bol Inst Saúde*. 2010;12(2):1518- 812. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ses-18498> Acesso em 13/06/2022.

³ SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. (In) BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo. UNESP, 1992. p. 41.

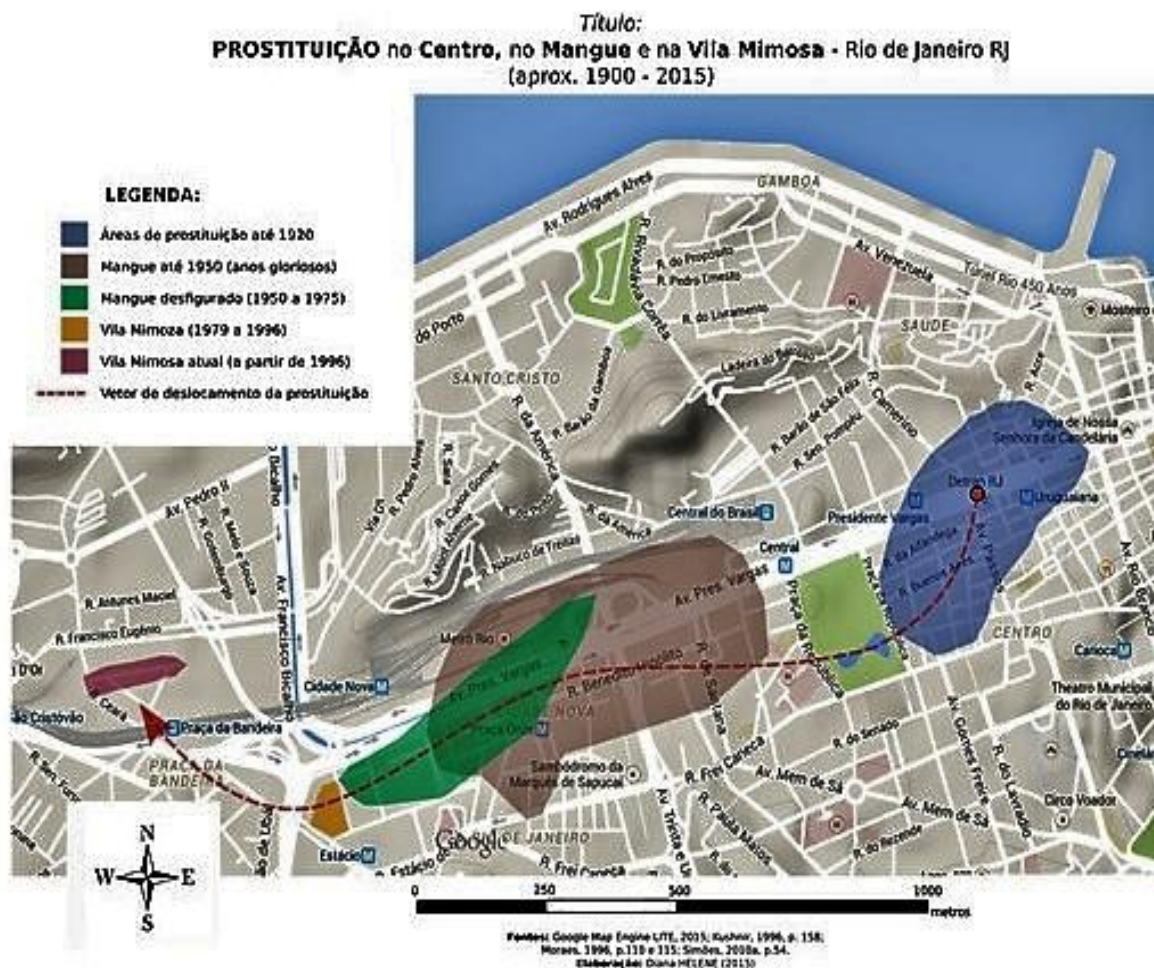


Imagem 1 – Mapa das Regiões de prostituição. Disponível em: <https://tribunadainpressalivre.com/vila-mimosa-ii-zona-do-mangue/> Acesso em:08/03/2022.

Não obstante, é importante também ressaltar que neste trabalho procuramos chamar a atenção para aspectos relevantes da história social do Rio de Janeiro, que antes eram negligenciados por historiadores e cientistas sociais. Este campo de estudos é entendido como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam⁴.

Segundo Castro (2011), a temática e teoricamente a história social em sentido restrito, foi quase totalmente escrita por sociólogos. No Brasil, as discussões que envolviam a história social foram desenvolvidas em nível internacional. se Em torno de Florestan Fernandes, a chamada escola sociológica Paulista elaborou entre outros temas o primeiro conjunto de trabalhos acadêmicos voltados para uma história social do negro e da escravidão. Os trabalhos pioneiros da história social do trabalho no Brasil, e sobre o movimento operário, em particular, também foram produzidos preferencialmente por sociólogos da década de 1960. A expansão e

⁴ CASTRO, Hebe. História social. In: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, RONALDO. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p 42.

consolidação dos cursos de pós-graduação marcariam, a partir da década de 1970 e especialmente na de 1980, uma expansão e consolidação da profissionalização do historiador no Brasil, que se faria em grande parte, concomitantemente com a crise dos referenciais teóricos até então predominantes⁵. Frente a extensão e complexidade do campo, no Brasil, os trabalhos sob a perspectiva da história social, concentram sua produção na história social da família, do trabalho do Brasil colônia e da escravidão. Entretanto, neste artigo, nos interessa sobretudo, a história social do trabalho, pois seus estudos nos permitem analisar as tensões específicas dos processos de modernização da sociedade brasileira, desde o século XIX, especialmente em relação as experiências da vida urbana⁶.

Foi como parte desse processo citadino, que a história social da prostituição, passou a ser campo estruturado principalmente nas décadas de 1980 e 1990 em espaços como a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e a UFF (Universidade Federal Fluminense), se desenvolveu graças ao fortalecimento do campo da História das Mulheres e da Sexualidade, além da recepção eufórica das ideias do filósofo Michel Foucault, a prostituição ganhou espaço enquanto objeto de estudo da história, considerada necessária para compreender as relações de gênero, as dinâmicas de poder e a definição de papéis sociais durante os séculos XIX e XX. Nas palavras de Rago, a prostituição era uma “referenciação simbólica da sociedade para si mesma” (RAGO, 1991, p.195)⁷.

Breve percurso histórico da prostituição no Brasil

Alguns trabalhos sobre a prostituição no Brasil são imprescindíveis para fundamentar a discussão aqui proposta, dentre eles podemos citar as contribuições da socióloga portuguesa Maria Johanna Schouten⁸ que, em 2002, apresentou o estudo intitulado *Estigma, legitimidade e legalidade: fragmentos da história do debate sobre a prostituição*. Na referida obra, a autora privilegiou as investigações sobre o objeto a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Para a autora, o interesse atual sobre o tema, propicia problemáticas novas, que

⁵ Idem

⁶ Idem

⁷ ARAÚJO, B. A. B. de . "Você nos colocou na História": Uma História Social da prostituição brasileira nas décadas de 1980 e 1990. *Epígrafe*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 21-49, 2021. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p21-49. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/173695>. Acesso em: 14 jun. 2022.

⁸ SCHOUTEN, Maria Johanna. *Estigma, legitimidade e legalidade: fragmentos da história do debate sobre a prostituição*. Actas do Colóquio Internacional “Família, Gênero e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas”. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, p. 457, 2002.

relacionam assuntos recorrentes como o entrelaçamento entre prostituição, doenças, saúde pública e a questão da legislação.

A historiografia brasileira, passou a contemplar a temática da prostituição no Rio de Janeiro a partir dos estudos da historiadora e professora Lená Medeiro de Menezes⁹, no início da década de 1990, ao pesquisar a participação de estrangeiros na rede de prostituição da cidade, entre os anos de 1890 e 1930. Na época, a autora se apropriou dos processos criminais movidos contra *cáftens*¹⁰. Nessas fontes, muitas prostitutas apareceram como testemunhas, o que possibilitou que a historiadora pudesse traçar um perfil daquelas mulheres. Luís Carlos Soares¹¹, é outro autor que se debruçou sobre a temática utilizando teses médicas do final do século XIX e início do XX que sustentaram argumentos de juristas, médicos e policiais que tinham como objetivo resolver o “problema” da prostituição, discutindo esta era ou não um “mal necessário”. Esses dois trabalhos conduziram as pesquisas a partir de temáticas que circunscrevem a prostituição, sem, contudo, focar na questão dos gêneros e da condição feminina.

Em contrapartida, Margareth Rago¹², ao abordar a prostituição em São Paulo, entre os anos de 1890 e 1930, colaborou para a compreensão da sexualidade feminina e sua representação. Embora esta autora tenha utilizado um recorte temporal e espacial diferente, sua abordagem foi de fundamental importância para que pudéssemos pensar na condição da mulher prostituta e nas relações construídas a partir da moralidade então vigente. Outro trabalho indispensável foi o realizado pela pesquisadora Cristiana Schettini¹³ que se propôs analisar a prostituição no Rio de Janeiro durante a chamada *Belle Époque*, que, segundo ela, não foi tão bela assim. A autora assume uma perspectiva da História Social, em que prostitutas pobres e não representadas na literatura, criavam redes de sociabilidade, a fim de resistir as mudanças as quais eram submetidas e à violência do controle policial. Cabe registrar que a pesquisadora não restringiu seu trabalho apenas as mulheres que exerciam o chamado baixo meretrício. Para ela, as relações que as envolviam estavam intimamente ligadas a outros atores sociais, incluindo

⁹ MENEZES, Lená Medeiros. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

¹⁰ Segundo a definição do Dicionário Oxford, *cáftens*, são indivíduos que vivem da prostituição, seja explorando meretrizes, seja estabelecido como dono de prostíbulo. Disponível em:

¹¹ SOARES, Luís Carlos. **Rameiras, Ilhoas e Polacas... A Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX**, São Paulo, Ática, 1992.

¹² RAGO, Margareth, **Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890- 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹³ SCHETTINI, Cristiana. **“Que tenhas teu corpo”:** uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 264p.

por vezes homens, que as ajudavam a transitar por diversos meios e manter-se na prostituição, apesar da repressão à qual estavam submetidas.

Acerca dos discursos morais sobre a condição feminina, sexualidade e prostituição, o trabalho realizado a partir dos processos criminais elaborados por Martha Abreu, nos possibilita conhecer comportamentos sexuais e as violências sofridas por mulheres que ousaram não seguir os padrões sociais estabelecidos durante a *Belle Époque*. Também Sueann Caulfield, tratou da questão moral ao analisar conflitos sexuais, norteados pelos discursos da honra sexual e sua relação com a ideia de modernização do Estado brasileiro, uma vez que essa dita honra era a base da família e a família, a base da nação¹⁴.

Percebemos que a produção historiográfica brasileira deu conta de produzir desde os anos 1990, uma vasta gama de estudos que envolvem a temática da prostituição sob as mais variadas abordagens. E, para estudar a prostituição na Zona do Mangue, a historiadora Sueann Caulfield¹⁵, apresentou um artigo onde tratou especificamente deste território, desde sua formação na década de 1850 até 1942, sendo possível compreender a formação do baixo meretrício e o perfil das mulheres que trabalhavam como prostitutas. Além de ter analisado as relações existentes entre a polícia, o Estado e a prostituição, sobretudo acerca das leis para a repressão daquelas mulheres e de proxenetas.

Outro trabalho fundamental para compreender as dinâmicas estabelecidas na Zona do Mangue foi realizado por Juçara Leite¹⁶. Nele, a historiadora, comenta que a partir de meados dos anos 1950, as próprias prostitutas ficaram responsáveis pelo gerenciamento das casas de prostituição do Mangue, para que não houvesse mais a prática da exploração do sexo por *cáftens* e cafetinas. Tal mudança teve participação direta da polícia que determinava a expulsão e prisão dos donos das casas de prostituição e transferindo a administração dessas a uma prostituta eleita – que durante seu “mandato” não exerceria a prostituição e receberia o dinheiro para pagar as contas do estabelecimento.

A partir de outros campos do saber, também são relevantes os trabalhos do delegado da 6ª DP, Armando Pereira¹⁷, que, a partir de sua experiência, pode investigar as atividades que

¹⁴ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212p.

¹⁵ CAULFIELD, Sueann. **O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942**. Tempo, Rio de Janeiro, nº 9, p. 43-63.

¹⁶ LEITE, Juçara Luzia. **República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)**. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005. 138p.

¹⁷ PEREIRA, Armando. **Prostituição: uma visão global**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976. 180p.

estavam ligadas ao meretrício. A antropóloga Soraya Simões¹⁸ e a socióloga Maria Aparecida¹⁹, desenvolveram suas análises a partir do fim da zona do Mangue em 1979, momento em que surgiu o novo local da prostituição na cidade do Rio de Janeiro: a Vila Mimosa. As pesquisas desenvolvidas por ambas, contaram com o uso de entrevistas que forneceram informações preciosas daqueles que viveram no Mangue. Evidentemente, este artigo não pretende esgotar os assuntos abordados, até mesmo, porque temos certeza de que existem muitas outras perspectivas abordagens e fontes à disposição para serem consultadas pelos interessados pela temática.

O surgimento da zona do Mangue

Do final do século XIX e início do século XX, mais especificamente entre 1880 e 1914, existia uma visão otimista do presente e do futuro, caracterizados, seguindo a moda europeia como sendo uma *Belle Époque*. Havia, contudo, uma fase sombria naquele período. O início da República conviveu com crises econômicas, marcadas por inflação, desemprego e super produção de café. Tal situação, aliada à concentração de terras e à ausência de um sistema escolar abrangente, fez com que a maioria das pessoas escravizadas recém libertas passasse a viver em estado de quase completo abandono por parte do Estado. Além da pobreza, tiveram de enfrentar uma série de preconceitos cristalizados em instituições e leis feitas para estigmatizá-las como sub cidadãs, sem direito a voz na sociedade brasileira. Nesse sentido é possível afirmar que a importação do ideário da *Belle Époque* esteve longe de ser ingênuo²⁰.

Ademais, a ciência europeia da época, vista como critério definidor das sociedades civilizadas, era marcada por visões racistas na qual os brancos ocupavam o primeiro lugar do desenvolvimento humano, e os negros, o último. Sendo assim, a política higienista adotada durante aquele período desdobrou-se no espaço urbano carioca. Após 1889, em diferentes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Fortaleza deram início ao que ficou conhecido como a era do “bota abaixo”²¹. O urbano colonial, fruto de uma experiência secular da adaptação da arquitetura portuguesa aos trópicos, cedeu lugar a projetos de reurbanização orientados pela abertura de largas avenidas e pela imitação de prédios europeus, decisão levada

¹⁸ SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. 178p.

¹⁹ MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila. Prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 283p.

²⁰ PRIORE, Mary Del. VENÂNCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010. pp. 219-220.

²¹ Idem.

a cabo pelos poderes públicos, e que implicava desalojar milhares de famílias pobres – a maior parte delas composta por pessoas negras– expulsando-as de áreas centrais, onde estavam os cortiços, para locais de difícil edificação. Dessa maneira, a mesma cidade que se embelezava era também aquela que inventava a favela²².

Percebemos, assim, que as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro, entre os anos de 1902 e 1906, na gestão do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, não promoveram apenas mudanças estéticas com o intuito de modernizar a cidade. Havia também a intenção de higienizá-la. A começar pela retirada, da região central da cidade, daqueles considerados indesejáveis. Ou seja, a medida em que as reformas trouxeram algumas melhorias à cidade, também promoveram muita insatisfação, alterando as relações sociais e gerando conflitos, fortemente repreendidos pelo braço armado do Estado, a polícia.

Neste cenário de intensas transformações, muitas prostitutas “faziam a vida”, expondo-se nas janelas dos sobrados, chamados de *rendez-vous*, ou em casas de tolerância, pensões e hospedarias nas ruas centrais da cidade. Todos esses espaços eram indicados pelas autoridades como destinados a encontros sexuais por um determinado tempo e cada um deles contemplava uma certa hierarquia, socialmente construídas com base em critérios de distinção social do público frequentador, bem como das mulheres e também do tipo de repressão e controle que cada categoria de casa mereceria²³.

Mas e a região do Mangue? Antes de receber as mulheres e, portanto, de transformar-se em zona de baixo meretrício, a região abrigava uma área residencial habitada por operários e suas famílias²⁴. Com a chegada das prostitutas, ocorrida a partir das reformas de Pereira Passos, coube ao poder municipal traçar medidas para remover as prostitutas dos locais frequentados por famílias e “pessoas de bem”.

A maioria das casas de tolerância ficavam localizadas em regiões centrais da cidade – Rua da Lapa, Mem de Sá, Riachuelo, entre outras. Por estes locais passava o bonde e havia grande movimentação de pessoas, indivíduos incautos, com suas esposas e filhas²⁵ e, por isso, o controle e a repressão policial eram mais frequentes, uma vez que não era objetivo das autoridades, dar fim a prostituição. A ordem era para que se fechassem as janelas e era imposto um limite de horário para exposição aos frequentadores. Com o tempo, buscou-se o

²² Idem.

²³ SCHETTINI, Cristiana. “**Que tenhas teu corpo**”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 70.

²⁴ CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 9, p. 48.

²⁵ Idem Ibidem.

deslocamento das profissionais do sexo para uma região mais periférica da cidade: a Cidade Nova, dando início a histórica Zona do Mangue.

A condução daquelas mulheres, realizadas pela polícia, foi justificada pelas teorias de “regulamentação” que defendiam a existência de locais próprios para a prostituição. Essa delimitação espacial de tolerância permitiu à polícia maior desenvoltura para exercer o controle das prostitutas e, aos higienistas, uma outra forma para conter as doenças ligadas a elas, sobretudo, a sífilis. Muitos médicos sanitaristas da época legitimaram e motivaram a demarcação de locais específicos. Entretanto, como havia incertezas na legislação, permitiu-se a polícia impor políticas de confinamento e supervisão da prostituição, embora a sua eficácia fosse limitada devido à resistência por parte das prostitutas, à corrupção na própria polícia, derrotas nos tribunais e à crescente oposição às políticas públicas autoritárias²⁶. Todavia, a medida em que a cidade sofria a ação de higienização, mais mulheres iam chegando e se reorganizando pelas ruas, bares e bordeis.

Em um primeiro momento, a Zona do Mangue teve seu espaço dividido entre estrangeiras e brasileiras. Dentre as estrangeiras, algumas imigrantes de nacionalidades distintas, se apresentavam como francesas, pois, desde o século XIX, havia se criado um imaginário acerca de suas desenvolturas sexuais. “O charme da “francesa” foi construído no imaginário social a partir de dois temas recorrentes: o de sua maior capacidade de sedução e o de seu domínio das regras de comportamento civilizado. Simbolizando o mundo “das mercadorias mais modernas”, era desejada também pelo status que conferia ao seu proprietário momentâneo. Prostituição e modernidade, nesse sentido, foram intimamente associadas, num momento em que amplos esforços eram mobilizados pelos diferentes setores sociais para gerarem a imagem de uma sociedade que ingressava numa nova era, sintonizada ao ritmo da modernização das demais nações europeias²⁷.

²⁶ Idem Ibidem.

²⁷ RAGO, Margareth, **Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890- 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.p. 50.



Imagem 2 – Polacas: a intensa saga das escravas sexuais judias no Brasil. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-polacas-as-escravas-sexuais-judias.phtml>

Identificar-se como francesa, possibilitava ter mais clientes e cobrar mais pelo serviço prestado. Entretanto, muitas daquelas que se diziam francesas eram, na verdade oriundas do leste europeu e chegaram ao Brasil vítimas do tráfico²⁸ de mulheres realizado por *caftens* estrangeiros. A pressão dos países que viram suas mulheres feitas "escravas brancas" fez com que as autoridades brasileiras decretassem a prisão e deportação destes homens²⁹, tal como podemos constatar no relatório abaixo:

²⁸ Em 2 de Dezembro de 1949 é aprovada pelas Nações Unidas a Convenção Internacional para a repressão do tráfico de seres humanos e da exploração da prostituição de outro, que nos seus artigos 1º e 2º determina punir todas as pessoas que exploram a prostituição de outra pessoa, mesmo consentida, assim como todos os que contribuem para abrir estabelecimentos orientados para a prostituição. No preâmbulo declara-se que a prostituição é incompatível com a dignidade da pessoa humana. TAVARES, Manuela. Prostituição Diferentes posicionamentos no movimento feminista. Disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaoantavares.pdf> Acesso em 15/03/2022.

²⁹ MENEZES, Lená Medeiros. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

Relatório de ocorrências no 4º Distrito Policial- Janeiro a maio de 1917.

Caftens presos:

Jean Lemyon, francês, explora a esposa Coraline, na rua Joaquim Silva. Angelo Mazerelia, argentino, explora a própria mulher Carmem Fernandes. Abraham Memet, polaco, explora Rosita, na Rua do Senador Dantas nº 3 e Helena, na Rua da Conceição nº 34. Simon Lipscher, russo, explora Ema Selep, na Rua São Jorge nº 79. Jorge Abdula, turco, explora Rosita, na Rua Morais e Valle s/nº.]

OBS – Foram todos soltos posteriormente por “*Habeas Corpus*”

Considerados perigosos – Deportados:

Jakob Kobelek e Isaac W Lober – no Tennyson. Laura Smooker – no Frísia. Jacob Clausenberg – no Chillí. Mauricio Launblantt – no Arlanza Mauricio Feid – no Araguaia. Jabob Robstein, Elias Trnov, Beny Golder e Adolpho Steining.³⁰

Ainda assim, a prostituição na Zona do Mangue foi se consolidando. Por ser uma região afastada das principais ruas centrais do Rio, o contingente de prostitutas cresceu exponencialmente, tornando-se, desde os anos 20, uma área característica desta atividade. Com o aumento da circulação de mulheres e o conhecimento policial sobre as casas de tolerância que se firmaram nas ruas do Mangue, não tardou para que se estabelecesse uma clientela que se sentia à vontade com os baixos preços oferecidos. Ainda na primeira metade desta década, em virtude da visita do rei da Bélgica, foi determinado seu fechamento evitando assim, um cenário incompatível com a ideia de modernidade que os governantes desejavam oferecer ao nobre visitante³¹.

Deu-se, então, na Zona do Mangue, a tarefa de confinar a mazela social que o baixo meretrício representava para a sociedade. A polícia fechou o cerco e manteve presas as prostitutas de classes baixas, sob alegação de vadiagem, até o final da visita real, amontoando-as depois nos bordéis das nove ruas entrecruzadas do Mangue³². Percebemos claramente os requisitos de exclusão daquelas mulheres a partir dos marcadores sociais de classe, raça e gênero. Nas décadas que se seguiram as discussões sobre regulamentação, repressão e resistências foram sendo recriadas a medida em que a prostituição se tornava um problema público. Para alguns, a regulamentação contrariava a moralidade católica, para outros, feria as liberdades civis garantidas na lei. No entanto, pressões esporádicas da “opinião pública” representada, sobretudo, pela imprensa, para que a cidade fosse moralizada impeliavam os policiais a implementar suas próprias medidas de controle da prostituição³³. Ou seja, não se encontrava qualquer possibilidade de consenso entre as autoridades.

³⁰ LARGMAN, Ester. **Jovens Polacas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

³¹ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.p. 111.

³² CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 9, p.44.

³³ Idem.

Por volta do final da década de 1920 a prostituição no Mangue funcionava sobre um sistema extraoficial através do qual a polícia registrava as profissionais do sexo e interferia na administração dos bordéis. Esse regime contrariava o caráter anti-regulamentarista da legislação brasileira, em parte, devido à falta de firmeza do Estado e dos parlamentares que nunca definiram as políticas de controle da prostituição de forma clara³⁴. Na década seguinte, a região já contava com cerca de duzentas casas e três mil prostitutas, espalhadas por dez ruas. Nos anos 40, a zona do Mangue chegou ao seu auge, com sete mil profissionais, entre brasileiras russas, romenas, francesas, uruguaianas e as famosas polacas.

Posteriormente, a região do mangue começou a encolher. Em 1959, fala-se em 2.635 profissionais, frequentando 193 quartos, em 21 bordeis. Em 1968 – ano em que a zona foi cercada por tapumes, para que a rainha Elizabeth II, da Inglaterra, em visita ao Brasil, não contaminasse seus olhos – ano também em que foi implementado pelo regime militar o Ato Institucional Número Cinco (AI5) –, seriam 1.500 profissionais. O longo período em que a polícia fichou as prostitutas explica a exatidão dos números³⁵.

A partir dos anos 1970, iniciou-se as obras da Cidade Nova – segundo jornal da época: “um bairro projetado de acordo com as mais modernas tendências urbanísticas” –, que viria a abrigar linhas de metrô e o novo centro administrativo da cidade. No dia 10 de dezembro daquele mesmo ano, as casas de número 19, 21, 23,24,25,27,29,31,33, e 35 da rua Pinto de Azevedo foram desocupadas pacificamente. Cerca de 300 profissionais foram retiradas. Os imóveis já haviam sido desapropriados. Seis anos depois, a devastação ainda não havia terminado, e as prostitutas estavam confinadas nas ruas Júlio do Carmo, Pereira Franco e Carmo Neto, ainda cercadas pelos tapumes. “Mangue sem tapumes choca a famílias, segundo delegado”, foi o título de reportagem do jornal o Globo de 19/12/76, sobre um desavisado “funcionário graduado” do Metrô que mandou arrancar as madeiras que impediam a visão da zona³⁶.

A zona não acabou! Surge a Vila Mimosa.

³⁴ Idem.

³⁵ CASTRO, Daniel Mazola Fróis de. Vila Mimosa II – Zona do Mangue. **Tribuna da Imprensa Livre**. Disponível em: <https://tribunadaimpressalivre.com/vila-mimosa-ii-zona-do-mangue/> Acesso em: 05/03/2022.

³⁶ Idem, Ibidem.

Localizada bem ao lado da antiga quadra do GRES Estácio de Sá, surgiu o novo espaço do baixo meretrício da cidade. Em 1979, as prostitutas conseguiram uma trégua e se estabelecem em 44 casas de vila, chamada Vila Mimosa, na pequena rua Travessa Guedes.



Imagem 3 - Antiga Zona do Mangue, em 1979.

(Foto: Custódio Coimbra / Agência O Globo). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/veja-fotos-iconeas-de-custodio-coimbra-25259150> Acesso em 14/06/2022.

Os anos 1980, com o processo de democratização, trazem novas esperanças. Entretanto, para as prostitutas da Vila Mimosa, seria aquela ainda uma década de resistência. Em 1987, um pastor que dirigia a vizinha TV – Rio tentou remover a zona à força. Mobilizadas, as prostitutas, conseguiram com que o prefeito da época Saturnino Braga, o direito, por comodato, de permanecer nas casas. Tal resistência só foi possível porque neste mesmo ano aquelas profissionais se organizaram em prol do reconhecimento de sua cidadania e de seus direitos trabalhistas. Foi através desta mobilização local que, estabeleceram contatos de parceria, até que se efetivou o I Encontro Nacional de Prostitutas, quando foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas³⁷, marcando assim, o início da luta institucionalizada. Inclusive, naquele momento se questionou o uso da palavra prostituta, pois este, era usado de maneira pejorativa para descrever uma categoria de mulheres que ameaça a saúde pública, a moral, a estabilidade social e cívica... “Encontramo-nos assim a ser alvo de impulsos moralistas dos grupos sociais dominantes, através de missões de limpeza e saneamento, tanto materiais, como simbólicas”. E não como um termo para se referir a um grupo ocupacional que ganha a vida fornecendo serviços sexuais.³⁸



Imagem 4 - Nos anos 80, a Vila Mimosa ainda funcionava na Zona do Mangue, no final da Avenida Presidente Vargas. Disponível em: <https://blogdosirodarlan.com/historico-e-relatos-vila-mimosa-vi/> Acesso em 14/06/2022

³⁷ Folheto fornecido pela ONG Davida – Produzido pela Rede de Prostitutas – sem data.

³⁸ Manifesto das trabalhadoras sexuais – 1ª Conferência Nacional

Dezessete anos depois da demolição do Mangue, as mulheres que naquele momento “faziam a vida” na Vila Mimosa, foram novamente obrigadas a se mudar. E, mais uma vez em nome do desenvolvimento e urbanização da cidade para a construção do Teleporto, um conjunto de edifícios cibernéticos, e a modernização *high tech* do complexo administrativo São Sebastião, apelidado de "Piranhas" pela proximidade da zona³⁹. No entanto, diferente da desapropriação do “Mangue”, que ocorreu de forma arbitrária, embora também fundamentada em planejamentos urbanos, dessa vez, houve uma negociação relativamente pacífica. Assim, em 1995, a prefeitura indenizou as donas de casas em R\$ 325.000,00, quantia considerada suficiente para a implantação de uma nova zona em outra região da cidade. A quantia numerosa foi depositada na conta de Eurides Coelho, então presidente da Associação da Vila Mimosa (AMOCAVIM), que tratou de comprar um galpão, na Rodovia Washington Luiz, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, por R\$ 80.000,00. A ideia era que naquele espaço surgisse o novo ponto da prostituição. Ao se dirigirem ao dito galpão, as mulheres foram surpreendidas. Não havia condições mínimas para um recomeço. Não havia luz elétrica e os impostos municipais estavam atrasados. Eurídice desaparece e, junto com ele, o restante da indenização que somava R\$ 245.000,00⁴⁰.

E agora, por onde e como recomeçar? A solução seria procurar um novo local nas proximidades. Em um anúncio de jornal lia-se: à venda um galpão na Rua Sotero dos Reis, no bairro da Praça da Bandeira. As “dona de casas”, visitam o imóvel e decidem em conjunto pela compra e contratam uma construtora por R\$ 200.000,00. As obras tiveram início em outubro de 1995 com a promessa de entrega, no segundo semestre de 1996. Mas, o prazo não foi cumprido. A solução encontrada foi dar início as atividades sem o término das obras. Tal ação trouxe muito desconforto para os moradores, pois boa parte destes residentes do entorno não ficaram satisfeitos com a nova vizinhança. Em contra partida, o fluxo de frequentadores aumentou de modo que, naquele período contabilizou-se o uso de cerca de 12 mil preservativos, fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fora os que eram levados pelos clientes ou comprados pelas próprias profissionais. Na época, Carmem Nascimento, coordenadora de Saúde da associação, pediu ao programa de DST/AIDS da Secretária Estadual de Saúde um lote de 100 mil camisinhas para incorporar ao estoque da Vila Mimosa⁴¹. As atividades sexuais na

³⁹ CASTRO, Daniel Mazola Fróis de. Vila Mimosa II – Zona do Mangue. **Tribuna da Imprensa Livre**. Disponível em: <https://tribunadaimpressalivre.com/vila-mimosa-ii-zona-do-mangue/> Acesso em: 05/03/2022.

⁴⁰ Idem Ibdem.

⁴¹ Idem, Ibdem.

Vila Mimosa foram se intensificando no decorrer dos anos que se seguiram. E, junto a elas, a necessidade cada vez maior de informação e busca de métodos de proteção para as DSTs.

Na primeira década dos anos 2000, Matos (*et. al*, 2013), sinalizou que, estudos têm mostrado taxas elevadas de positividade para DSTs em mulheres profissionais do sexo (MPSs). Em uma metanálise, realizada com 99.878 MPSs de 51 países, identificou-se prevalência para o HIV de 11,8% . Já em uma coorte de cinco anos, realizada com 3.086 mulheres da Indonésia, observou-se aumento da prevalência de 11,0% para 19,0% e de 1,4% para 5,1% para a gonorreia e sífilis, respectivamente. No Brasil, em estudo multicêntrico com 2.523 MPSs, de nove Estados e do Distrito Federal, verificou-se prevalência de 4,9% para o HIV e de 2,5% para sífilis. Em São Paulo, foi identificada prevalência de 67,7% para o HPV, 20,5% para clamídia, 4,0% para sífilis e 3,0% para tricomoníase⁴².

Estima-se que, a cada dia, um milhão de pessoas adquira Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), incluindo a infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). Adultos jovens e adolescentes são responsáveis por quase a metade de todos os casos novos de DSTs⁴³. As DSTs representam importante problema de saúde pública na atualidade, sendo mais prevalentes em populações que apresentam comportamentos de risco, como usuários de drogas ilícitas, homens que fazem sexo com homens e Mulheres Profissionais do Sexo (MPS)⁴⁴. MPSs têm sido consideradas um grupo de risco elevado para as DSTs. Muitas usam drogas lícitas e ilícitas e praticam sexo sem preservativos. Além disso, apresentam vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas, como baixa escolaridade, grande mobilidade geográfica, difícil acesso aos serviços de saúde e barreiras relacionadas a gênero e estigmas sociais⁴⁵⁴⁶.

⁴² MATOS, Marcos André de (et. Al). Vulnerabilidade às Doenças Sexualmente Transmissíveis em mulheres que comercializam sexo em rota de prostituição e turismo sexual na Região Central do Brasil. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** 21 (4) • Jul-Aug 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/yXJxf9YRQZ6hCRHg6WgkxP/abstract/?lang=pt>. Acesso em 14/06/2022.

⁴³ Ministério da Saúde (BR). Boletim Epidemiológico Aids e DST 2011. Ano 8(1). Brasília (DF): Departamento de DST/HIV/AIDS e hepatites virais; 2011. 162 p

⁴⁴ World Health Organization, Department of Reproductive Health and Research. Global strategy for the prevention and control of sexually transmitted infections: 2006 - 2015. Breaking the chain of transmission. Washington; 2007.

⁴⁵ Ayres JRCM, Calazans GJ, Saletti HC Filho, França Júnior I. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: Campos GWS, organizador. Tratado de saúde coletiva. 2ªed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Fiocruz; 2009. p. 375-417

⁴⁶ Figueiredo R, Peixoto M. Profissionais do sexo e vulnerabilidade. BIS, Bol Inst Saúde. 2010;12(2):1518- 812



Imagem 5 – Vila Mimosa (Fotografia: Jornal O Globo). Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/rio/conheca-historia-da-vila-mimosa-famosa-zona-de-prostituicao-do-rio-4847162>
 Acesso em: 14/06/2022

Atualmente um encontro íntimo na Villa Mimosa, custa em torno de R\$ 60,00. Regina Célia, que chegou a Vila Mimosa no carnaval de 2000, conta que: “os frequentadores, em sua maioria, são trabalhadores nas regiões centrais da cidade e moradores na Baixada Fluminense. Mas, de vez em quando, aparecem advogados, empresários, professores e tantos outros homens das variadas profissões atraídos pelo imaginário construído para o mundo da prostituição”⁴⁷. Sendo assim, percebe-se claramente que no chamado baixo meretrício, a maioria dos clientes assim como as profissionais são geralmente pessoas de classes empobrecidas e várias destas trabalhadoras são mulheres negras.

Regimes jurídicos de tratamento da prostituição

Historicamente, percebemos que as questões que perpassam as minorias, sempre foram negligenciadas pelo Estado. No caso das prostitutas, observamos que sempre foram colocadas à margem da sociedade, através políticas públicas excludentes. Sendo assim, identificamos quatro modelos de regimes jurídicos de tratamento da prostituição: proibição, regulamentação, abolição, neo-abolição.

⁴⁷ Notas da autora que esteve na Vila Mimosa em novembro de 2021 e conversou diretamente com Regina Célia, que atualmente deixou de se prostituir e trabalha como faxineira no mesmo local, na casa 2.

A compreensão dessa trajetória nos leva a verificar três diferentes atitudes possíveis no mundo contemporâneo em relação à prostituição: 1. O Proibicionismo: atitude radical porque considera a prostituição por si só um delito. 2. O Regulamentarismo: atitude que defende a intervenção do Estado na prostituição a fim de normatizá-la. Baseia-se em argumentos como a possibilidade da defesa sanitária com o objetivo de reduzir as doenças venéreas; a inevitabilidade da prostituição enquanto “mal necessário”; a salvaguarda das famílias; etc. 3. O Abolicionismo: atitude que não admite qualquer forma de intervenção do Estado. Considera a prostituição imoral, mas não ilícita. Baseia-se em argumentos como a não eficácia da defesa sanitária que fiscaliza apenas a prostituta e não seus clientes; a impossibilidade de se converter o Estado em proxeneta; ser a prostituição um flagelo social como outros que são ignorados; o respeito pela pessoa humana, etc⁴⁸. 4. O Neoabolicionismo: conhecido como modelo sueco ou nórdico, tendo em vista ter sido implementado primeiramente nos países escandinavos – teve sua origem na Suécia ao final da Década de 1990. Sendo uma nova concepção do modelo abolicionista, assumindo conotações moralistas, busca-se desestimular a prática de uma forma diferente àquela vista anteriormente, ao inovar, implantando a descriminalizar da prostituição, ou seja, da venda de sexo, todavia, fortalecendo a penalização às condutas dos clientes destes serviços, ao criminalizá-los. O surgimento deste novo regime foi baseado em pressões do ativismo feminista – movimento que possui grande força nos países nórdicos – em articulação a uma agenda de igualdade gênero, implicando na criação de comissões sobre prostituição e violência contra as mulheres⁴⁹.

No período estudado, os dois primeiros modelos supracitados são identificados em algumas posturas adotadas pelo Estado brasileiro. A proibição fazia parte da forma autoritária de solucionar, a partir de uma lei, um problema social que envolvia a prática do meretrício. As prostitutas foram, então, constantemente perseguidas pela polícia sobre o argumento da ilegalidade da prática de seu ofício. O sistema proibicionista constitui a versão extrema do combate à prostituição, tornando o comportamento ilegal e criminalizando sua demanda. Esse sistema encara a prostituição como verdadeiro ‘câncer social’ a ser extirpado”⁵⁰. Como consequência direta deste modelo proibitivo surgiu a necessidade de camuflar o exercício da profissão, uma vez que a profissional do sexo, o aliciador e o cliente também, poderiam ser

⁴⁸ DIAS, Lucas Bernardo. A prostituição no Brasil: a regularização do *métier*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5394/1/LBDias.pdf> Acesso em 13/06/2022.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ ESTEFAM, André. **Homossexualidade, Prostituição e Estupro: Um Estudo à Luz da Dignidade Humana**. Saraiva, 2016.

punidos. Ademais, acreditamos que como havia a possibilidade de repressão, sobretudo dos homens (clientes e proxenetas⁵¹), é que, com a ajuda do poder público, surgiram as “zonas”⁵².

Com o surgimento do modelo regulador da prostituição, é o Estado que assume uma figura de órgão responsável pelo disciplinamento da atividade sexual com o estabelecimento de normas de regência, já que o fenômeno da prostituição não pode ser erradicado. O Estado, a partir do mapeamento das áreas ocupadas pelas prostitutas passaria a perpetrar diretrizes, adotando assim, estratégias de controle, como por exemplo: o cadastramento das prostitutas, exigência de visitas periódicas a médicos, criação de uma burocracia de certificados, indicando as condições daqueles que estão sendo catalogados, a ideia de um bordel higienizado⁵³.

Não à toa, esse modelo foi o preferido pelos médicos sanitaristas. As políticas higienistas, em seus primórdios submetiam tais profissionais à exigências de caráter estigmatizante, com a realização obrigatória de exames médicos periódicos e, até mesmo, no confinamento em áreas específicas da cidade, a criação de “regiões morais”, os “*red light districts*”, ou zonas de meretrício⁵⁴, atendendo as necessidades dos projetos de urbanização das cidades, além de evitar, segundo os adeptos da regulamentação, os males urbanos associados à prostituição, como: a proximidade com a criminalidade e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis, como, no século XIX, a temida sífilis, e em meados século XX, a AIDS. No entanto, a intervenção do Estado, sobre a prostituição nesses períodos, apenas pretendia a limpeza sanitária imposta policialmente às prostitutas e não a melhoria das suas condições de vida e sociais, mantendo um quando estigmatizante daquelas trabalhadoras.

No Brasil, houve duas tentativas de projeto de regulamentação da prostituição. Ambos foram propostos no início do século XXI. O projeto de Lei n.º 98/2003, do ex-Deputado Federal Fernando Gabeira⁵⁵. E, o projeto de Lei 4211/2012 elaborado por prostitutas organizadas e protocolado pelo ex-Deputado federal Jean Wyllys⁵⁶. Os dois foram rejeitados por seus pares, sob o argumento da moralidade e da religião, uma vez que, no sistema regulamentarista, a

⁵¹ Segundo o Dicionário Online, Proxenetista: Gigolô; pessoa que explora a prostituição, lucrando com ela ou vivendo às custas do trabalho de prostitutas. [Por Extensão] Figurado. Algo ou alguém que vive explorando outra pessoa ou coisa. Quem é mediador em relações amorosas. Disponível em: https://www.google.com/search?q=proxenetas&rlz=1C1KNTJ_pt-BRBR973BR973&oq=proxenetas&aqs=chrome..69i57j35i39j0i30j0i10i30j0i30i6.4785j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8 Acesso em 20/06/2022.

⁵² GUIMARÃES, Frederico Sidney. “Zona” Organizada: A memória do caminho para a cidadania social e trabalhista. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210564_a33162ed20a1b074d1467007e053b7af.pdf.

⁵³ VAINFAS, Ronaldo. **História e sexualidade** no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁵⁴ Idem, ibidem.

⁵⁵ Ver: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>

⁵⁶ Ver: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>

prostituta passaria a ser vista como uma prestadora de serviços, possibilitando assim uma série de direitos e garantias legais comuns a qualquer classe trabalhadora. Pois neste sistema não haveria penalizações para os envolvidos com a prostituição. A prostituta seria vista como prestadora de serviços, os clientes considerados consumidores destes serviços e, até mesmo, aqueles que tratam da tal atividade como um negócio poderiam ser caracterizados como “empresários”⁵⁷.

O modelo de regulamentação visava aproximar as prostitutas à sociedade através do tratamento da prostituição como uma profissão como outra qualquer, dando-lhe o direito ao acesso a serviços públicos essenciais, reconhecendo o direito de associação e submetendo a atividade à cobrança de impostos, dentre outras medidas. Outro ponto importante a respeito de tal sistema está relacionado à criação de regras penais rígidas para o combate de eventuais desvios, como a efetiva – e não pressuposta – exploração infantil e o tráfico internacional de pessoas para fins sexuais – são de suma importância para o seu funcionamento. É importante salientar que a regulamentação, além de promover a redução do estigma, o aumento da segurança e a melhoria das condições de trabalho, se tornaria um importante mecanismo para o combate dos aspectos criminais que envolvem a atividade⁵⁸.

Contudo, o que percebemos é que na história social da prostituição brasileira há muito mais continuidades do que rupturas. A atividade passou a ser parte integrante entre uma das mais de 600 ocupações previstas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no ano de 2002. As alterações promovidas pela CBO foram um avanço importante no sentido da legitimação da categoria de profissionais do sexo perante o Estado Brasileiro. Entretanto, as mulheres prostitutas continuam enfrentando trajetórias de muitos desafios em relação as suas atividades laborais que, no decorrer dos tempos, como identificamos, foi alvo de constante perseguição e desrespeito. Sobretudo, porque as políticas discriminatórias negavam a elas o *status* de trabalhadoras e as impossibilitaram de ter acesso as condições mínimas para o exercício pleno da cidadania e da dignidade humana.

Considerações Finais

⁵⁷ Idem, Ibdem

⁵⁸ DIAS, Lucas Bernardo. A prostituição no Brasil: a regularização do *métier*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5394/1/LBDias.pdf> Acesso em 13/06/2022.

Neste artigo nos propusemos a historicizar a história da formação da Zona do Mangue até o surgimento da Villa Mimosa, na cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, assim como as políticas higienistas e jurídicas aplicadas que visaram controlar as trabalhadoras do sexo. Sabemos que a temática acerca da prostituição está longe de ser esgotada, uma vez que se trata de um fenômeno social em constante movimento e, por isso, sempre necessita-se buscar novas respostas às demandas das suas principais agentes históricas. Sabendo disso, há inúmeros questionamentos que podem ser feitos ao investigarmos um grupo de pessoas que sempre estiveram as margens da sociedade. Para além de entendermos as conjunturas nas quais estavam inseridas, é preciso compreender quais fatores fazem com que a prostituição e as mulheres que labutam cotidianamente neste ofício ainda tragam consigo estigmas dos séculos passados que dificilmente serão superados neste. Justamente porque os principais marcadores de vulnerabilidade social para as prostitutas continuam relacionados aos dados socioeconômicos (raça/etnia, idade, baixo nível de renda e escolaridade), cotidiano da profissão (exposição à violência sexual de alguns clientes, as DSTs e a possibilidade de adquirir uma gravidez indesejada), preconceito social, medo de procurar os serviços de saúde devido ao estigma, déficit de qualificação profissional para o atendimento dessas mulheres, dificuldade de implementação de programas próprios voltados ao enfoque na saúde sexual e, sobretudo, na saúde/autonomia reprodutiva. A maioria dos estudos sobre as prostitutas concentra-se em analisar a relação destes marcadores de vulnerabilidade social com a saúde sexual. Contudo, há um déficit de estudos que estabelece a relação dessas variáveis com a saúde reprodutiva⁵⁹.

Por isso, essa investigação cumpriu em certa medida o objetivo inicial de apresentar um panorama histórico do surgimento da Zona do Mangue e da Vila Mimosa, expondo inclusive as ações perpetradas pelo Estado que tentou controlar, vigiar e punir as mulheres que exerciam o baixo meretrício na região central da cidade do Rio de Janeiro. A vasta bibliografia disponível foi importante para apresentar o panorama da prostituição no século passado.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Hebe. História social. In: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, RONALDO. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

⁵⁹ COUTO, Pablo Luiz Ramos (et.Al). Uso de anticoncepcionais hormonais por prostitutas: correlação com marcadores de vulnerabilidade social. *Acta Paul Enferm* 32 (5) • Sep-Oct 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/4MxJVGLC5qyp3jvY8zZy7yf/?format=html&lang=pt> Acesso em 14/06/2022.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

_____. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 9, p.44.

COUTO, Pablo Luiz Ramos (et.Al). Uso de anticoncepcionais hormonais por prostitutas: correlação com marcadores de vulnerabilidade social. *Acta Paul Enferm* 32 (5) • Sep-Oct 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/4MxJVGLC5qyp3jvY8zZy7yf/?format=html&lang=pt> Acesso em 14/06/2022.

DIAS, Lucas Bernardo. A prostituição no Brasil: a regularização do *métier*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5394/1/LBDias.pdf> Acesso em 13/06/2022.

Folheto fornecido pela **ONG Davida** – Produzido pela Rede de Prostitutas – sem data.

GUIMARÃES, Frederico Sidney. “Zona” Organizada: A memória do caminho para a cidadania social e trabalhista. **ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – São Leopoldo, 2007. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anaisimposios/pdf/201901/1548210564_a33162ed20a1b074d1467007e053b7af.pdf

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição – As Polacas e suas associações de ajuda mútua**. Rio de Janeiro, imago, 1996.

LARGMAN, Ester. **Jovens Polacas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MENEZES, Lená Medeiros. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila. Prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PEREIRA, Armando. **Prostituição: uma visão global**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

PRIORE, Mary Del. VENÂNCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

RAGO, Margareth, **Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890- 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Carlos Oliveira. **A prostituição em Portugal, nos séculos XIX e XX**, in *História*, nº 41, Março, 1982.

SCHETTINI, Cristiana. **“Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHOUTEN, Maria Johanna. Estigma, legitimidade e legalidade: fragmentos da história do debate sobre a prostituição. **Actas do Colóquio Internacional “Família, Gênero e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas”**. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, p. 457, 2002.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. (In) BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo. UNESP, 1992.

SENNA, Alessandra. Pelos olhos do Doutor Cruz: prostituição, saúde pública e polícia na Lisboa oitocentista (c. 1837 – 1841). Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Social, Culturas e Trabalho da Universidade Salgado de Oliveira – **UNIVERSO**. Defendida em 20 de setembro 2015. Disponível em: <http://ppghistoria.universo.edu.br/wpcontent/uploads/2016/04/PELOS-OLHOS>

DODOUTORCRUZPROSTITUI%C3%87%C3%83OSA%C3%9ADEP%C3%9ABLICA-

EPOL%C3%8DCIA-NALISBOAOITOCENTISTA-c.-1837%E2%80%931841.pdf Acesso em: 25/02/2022.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.

SOARES, Luis Carlos. **Rameiras, Ilhoas e Polacas... A Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX**, São Paulo, Ática, 1992.

SILVA, Juan Carlos da. **A polícia e o controle da prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1841-1942)**. In: ABREU, Maurício de Almeida. **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudo da geografia histórica carioca**. Rio de Janeiro, Da Fonseca Comunicações, 2005.

TAVARES, Manuela. Prostituição Diferentes posicionamentos no movimento feminista. Disponível em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf> Acesso em 15/03/2022.

VAINFAS, Ronaldo. **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.